

Sumário

Palavras Prévias	7
Siglas e abreviaturas	17

1º Capítulo

O Conceito de Crime e o Método Escalonado de Análise. Notas introdutórias

I. O Conceito de Crime	21
1. O conceito formal de crime	21
2. O conceito material de crime	24
II. O conceito analítico de crime e o método escalonado de análise	27
1. O conceito analítico	27
2. Objetivo e relevo dogmático	28

2º Capítulo

Ação em Direito Penal

I. Elementos introdutórios	33
----------------------------------	----

1. Concepção geral e as funções tradicionalmente atribuídas à ação .	33
2. A renúncia ao “supraconceito pré-típico” em prol da ação enquanto realização do comportamento descrito no tipo	34
II. Teorias da ação. Fundamento e crítica	36
1. O conceito causal (natural) de ação	36
2. O conceito final de ação	40
3. O conceito social de ação	43
4. O conceito negativo de ação	46
5. O conceito pessoal de ação	47
III. A doutrina nacional e a função de delimitação	51
1. A ação na doutrina brasileira	51
2. A função de delimitação	52
2.1. Ausência de comportamento humano.....	53
2.2. Coação física irresistível (<i>vis absoluta</i>)	53
2.3. Comportamentos desprovidos de consciência	55
2.4. Movimentos reflexos (puramente somáticos)	55
3. Críticas à função de delimitação.....	57
IV. Apontamentos finais em torno da concepção proposta: a ação enquanto realização do comportamento típico	60

3º Capítulo

A Tipicidade

I. Tipo legal de crime (<i>gesetzlicher Tatbestand</i>).....	61
1. Conceito.....	61
2. <i>Tipo legal e tipo em sentido estrito</i>	63
3. Os elementos do tipo legal de crime.....	65
3.1. Elementos descritivos	66

SUMÁRIO

3.2. Elementos normativos.....	66
3.3. Elementos subjetivos	67
3.4. História e apontamentos críticos	67
II. O tipo de ilícito (ou ilícito-típico)	71
1. O ilícito como <i>ratio essendi</i> da tipicidade. Em defesa do primado ontológico da ilicitude	71
2. Os núcleos de desvalor do ilícito-típico	76
2.1. Desvalor de ação e desvalor de resultado	76
2.1.1. Desvalor de ação	76
2.2.2. Desvalor de resultado (pedra angular do ilícito-típico) ..	77
2.2. Antecedentes históricos	78
3. Ilícito, norma e valor. O ilícito-típico em uma perspectiva normo- lógica	81
3.1. O primeiro nível de valoração (positivo): o bem jurídico	83
3.2. O segundo nível de valoração (negativo): o conteúdo objetivo de desvalor do fato	83
3.3. O terceiro nível de valoração: o desvalor subjetivo da conduta	84
4. Síntese	85

4º Capítulo

O Resultado

I. Resultado material ou natural	87
1. Crimes materiais.....	90
2. Crimes formais ou de mera conduta	90
3. Crimes materiais de perigo e crimes formais de dano. Notas dis- tintivas entre <i>objeto da ação</i> , <i>bem jurídico</i> e <i>objeto do bem jurídico</i>	91
II. Resultado jurídico ou ofensa ao bem jurídico	94
1. Elementos gerais	94

2. Crimes de lesão ou dano ao bem jurídico	95
3. Crimes de perigo ao bem jurídico.....	95
4. O perigo. Conceito e técnicas de tutela	96
4.1. Elementos constitutivos, natureza e autonomia.....	96
4.2. Crimes de perigo concreto	98
4.3. Crimes de perigo abstrato	100
4.3.1. Noções introdutórias e apontamentos críticos à concepção de perigo abstrato enquanto perigo presumido	100
4.3.2. O resgate dos crimes de perigo abstrato	101
4.3.3. Perigo abstrato como juízo ex ante de possibilidade de dano	103
III. Pode haver crime sem resultado jurídico? Sobre os quadros de legitimidade do direito penal brasileiro e o reconhecimento de uma regra geral de ofensividade	106

5º Capítulo

A imputação objetiva do resultado

I. Aspectos introdutórios.....	115
II. Teorias da imputação	116
1. A causalidade e a teoria da equivalência das condições (teoria da <i>conditio sine qua non</i>)	116
1.1. Elementos gerais	116
1.2. Da excessiva amplitude	119
1.2.1. <i>Regressus ad infinitum</i>	119
1.2.2. Incapacidade explicativa diante de desdobramentos causais anômalos (<i>progressus ad infinitum</i>)	120
1.3. Parcimônia e cuidado na utilização da denominada fórmula da eliminação hipotética	121

SUMÁRIO

1.3.1. Sobre a alegada inutilidade da fórmula	121
1.3.2. Sobre o risco de soluções equivocadas nos casos de causalidade hipotética, causalidade alternativa e causalidade cumulativa.	123
2. A teoria da adequação ou da causalidade adequada.....	127
3. Teoria da imputação objetiva do resultado	130
3.1. Elementos gerais	130
3.2. Criação ou aumento do perigo proibido (= não permitido) ..	131
3.2.1. Criação ou aumento do perigo proibido	131
3.2.2. Diminuição do perigo proibido	134
3.3. Realização do perigo proibido (= não permitido) dentro do âmbito do tipo	136
3.3.1. Realização do perigo proibido.	136
3.3.2. O âmbito de incidência do tipo	141
III. A imputação na legislação penal brasileira	149
1. Parâmetros gerais. A <i>equivalência das condições</i> e a <i>causalidade adequada</i> no artigo 13 do Código Penal	149
2. Concurso de causas e o parágrafo primeiro do artigo 13 do CP ..	153
2.1. Causas absolutamente independentes	153
2.2. Causas relativamente independentes	154
2.2.1. Superveniência de causa relativamente independente (art. 13, parágrafo primeiro, do CP).....	154
2.2.2. Concausa preexistente ou concomitante relativamente independente	157
3. Causalidade adequada e teoria da imputação objetiva no sistema de imputação brasileiro	159

6º Capítulo

O Dolo

I. Aspectos introdutórios.....	163
--------------------------------	-----

II. Conceito.....	165
III. As dimensões constitutivas do dolo	168
1. A dimensão cognitiva do dolo e o erro de representação	168
1.1. Representação (conhecimento) e erro de tipo	168
1.2. Erro acidental (não essencial), erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>) e erro sobre o objeto (<i>error in objecto</i>)	172
1.3. Erro determinado por terceiro	174
1.4. Erro de tipo e elementares normativas	175
1.5. Erro sobre o desdobramento causal	180
1.6. Hipóteses de erro correlatas. Os casos legais de resultado aberrante	184
1.6.1. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	184
1.6.2. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	188
2. A dimensão volitiva do dolo. A vontade de realização do fato típico	191
2.1. A vontade como elemento indispensável ao dolo	191
2.2. O dolo direto (art. 18, I, primeira parte, do CP)	197
2.3. O dolo eventual (art. 18, I, segunda parte, do CP)	201
IV. Breves notas terminológicas e conceitos afins	215
1. Dolo determinado, indeterminado e alternativo.....	215
2. Dolo específico e dolo genérico	216
3. Teoria da cegueira deliberada.....	217
4. Dolo de dano e dolo de perigo	220
Bibliografia	225